

18.05.2016 – 12h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Delegação da Assembleia da República de Moçambique

Deputada Conceita Ernesto Xavier SORTANE, Bancada Parlamentar da FRELIMO – Presidente da 3.^a Comissão da ARM, Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Tecnologias e Comunicação Social

Deputada Eva Teixeira Caetano DIAS, Bancada Parlamentar da RENAMO – 3.^a Comissão da ARM, Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Tecnologias e Comunicação Social

Deputado José Bento Coffe MUTSANHE, Bancada Parlamentar da FRELIMO – 3.^a Comissão da ARM, Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Tecnologias e Comunicação Social

Deputado Izequiel João ARAMANE, Bancada Parlamentar da MDM

Américo Izaltino CASSAMO - Coordenador do Centro de Informática da ARM

Sinai Cuna – Técnico Superior em TIC, com especialidade em programação

Recebidos por: Deputado Alexandre Quintanilha (PS, Presidente da Comissão), Sandra Pontedeira (PS), Margarida Mano (PSD), Laura Monteiro Magalhães (PSD) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

Assunto: Gestão participativa e e-democracia permitindo uma participação ativa do público no processo legislativo.

Exposição: Após as boas-vindas dadas pelo Presidente da Comissão, os membros da delegação da Assembleia da República de Moçambique apresentaram-se (4 Deputados e 2 técnicos de informática), tendo os Deputados indicado o partido a que pertenciam e o respetivo círculo. De seguida, apresentaram-se os Deputados da Comissão de Educação e Ciência e a assessora da mesma.

A Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Tecnologias e Comunicação Social de Moçambique (3.^a Comissão) informou que a Comissão tem 17 membros, representação de 3 partidos e uma vastidão de áreas de intervenção, passando pela educação, trabalho e comunicação social. Acrescentou que tratam as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e querem obter mais informação sobre a matéria, para utilização na relação do Parlamento com o Governo e com os cidadãos, modernizando-o, tendo justificado nesse âmbito a inclusão de técnicos do respetivo Centro de Informática na delegação.

O Presidente da Comissão de Educação e Ciência indicou as áreas de competência da Comissão e a perda da área da Cultura na atual Legislatura, referiu que Portugal tem um grande desenvolvimento na área das TIC e realçou que a Assembleia da República desenvolve um debate no âmbito da cidadania, nomeadamente com o Parlamento dos Jovens.

Interveio depois a Deputada Sandra Pontedeira (PS) realçando a enorme quantidade de áreas da 3.^a Comissão do Parlamento de Moçambique e chamando depois a atenção para a importância também da sensibilização dos alunos e jovens para as TIC, nomeadamente na escola.

A Deputada Margarida Mano (PSD) realçou a importância de se explicarem bem os processos e de se simplificar, antes de se avançar para as TIC, bem como de se reponderar o circuito interno de informação e as parcerias com entidades, nomeadamente com o Governo.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informou que desenvolveu um projeto com o Ministério da Educação de Moçambique, atenta a ausência de escolas e de professores, nomeadamente dos ciclos superiores, através de ensino à distância e para ultrapassar a falta de alfabetização. Por último, referiu que Moçambique tem a oportunidade de passar diretamente para sistemas digitais móveis, permitindo ganhar algum tempo e eficiência em termos do uso das tecnologias digitais.

O Presidente da Comissão de Educação e Ciência referiu que o acesso à informação é importante, mas não suficiente, a informação tem de ser relevante e selecionada e as TIC não substituem as relações pessoais. Acrescentou que a Comissão concede muitas audiências e faz audições, nomeadamente dos respetivos membros do Governo, para fiscalização dos mesmos e é constituída por 23 Deputados efetivos (e o mesmo número de Deputados suplentes), dos 5 maiores Grupos Parlamentares. Por último, comprometeu-se a enviar informação posterior de grupos da área de investigação no âmbito das TIC.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os membros da delegação de Moçambique informaram que o respetivo Parlamento tem 9 Comissões (e cada Deputado só pode estar numa única Comissão, como efetivo ou suplente) e como tal competências em maior número de matérias. Realçaram depois o direito à informação e o acesso do cidadão à informação, referindo que os cidadãos se queixam que o respetivo Parlamento não disponibiliza o acesso à informação, pelo que pretendem melhorar esse aspeto.

De seguida, a assessora da Comissão de Educação e Ciência fez uma apresentação sobre a participação dos cidadãos no processo legislativo, justificando a sua importância, indicando as formas de concretização e incidindo mais desenvolvidamente sobre a [aplicação para recolha de contributos online](#), disponível na página da Comissão, explicitando o respetivo processo (distribuindo ainda elementos exemplificativos duma consulta), os resultados que permite e algumas limitações, consoante o tipo de resposta das entidades.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 18 de maio de 2016

A assessora

Teresa Fernandes